

Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A. - AGROVALE

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A. - AGROVALE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A. - AGROVALE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A. - AGROVALE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

a) Reconhecimento de receita

Em virtude da relevância da receita líquida nas demonstrações financeiras da Companhia e dos processos que suportam seu reconhecimento, existe o risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento, assim como o risco presumido de reconhecimento de receita sem que haja um racional ou uma justificativa condizente com o curso normal dos negócios da Companhia. Devido a isso a relevância dos controles associados com o processo de reconhecimento da receita bem como da significância dos riscos associados, consideramos o reconhecimento da receita como um assunto relevante para nossa auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) execução de procedimentos analíticos substantivos e testes sobre as transações de vendas ao longo do exercício com base em amostragem estatística e confronto com os respectivos documentos-suporte para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios da Companhia; e (iv) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados ao reconhecimento da receita e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 2.12 e 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

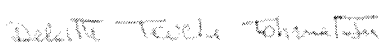
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 20 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PE


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

AGRO INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	68.349	46.954	Fornecedores	10	16.868	17.361
Aplicações Financeiras	4	1.989	4.077	Empréstimos e financiamentos	11	82.857	100.979
Contas a receber de clientes	5	13.787	17.341	Obrigações sociais		12.040	13.666
Estoques	6	62.345	77.008	Obrigações tributárias	12	1.300	2.187
Ativo biológico	7	49.641	48.985	Parcelamentos fiscais	13	4.248	4.187
Tributos a recuperar	8	11.323	16.075	Adiantamento de clientes	14	12.729	18.640
Outros créditos		8.700	9.478	Dividendos a pagar	16	6.831	7.417
Total dos ativos circulantes		216.134	219.918	Outras contas a pagar		3.190	2.263
				Total dos passivos circulantes		140.063	166.700
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras	4	20.579	7.286	Empréstimos e financiamentos	11	207.321	165.954
Depósitos judiciais		1.532	2.746	Parcelamentos fiscais	13	21.504	24.424
Partes relacionadas	21	9.541	9.515	Outras contas a pagar		4.113	4.099
Outros créditos		7.740	5.072	Tributos diferidos	20	32.550	39.124
Imobilizado	9	454.400	439.002	Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	15	29.540	29.312
Total dos ativos não circulantes		493.792	463.621	Total dos passivos não circulantes		295.028	262.913
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	16	53.354	53.354
				Reservas de capital		3.439	3.439
				Reservas de reavaliação		87.438	90.269
				Reservas de lucros		130.604	106.864
				Total do patrimônio líquido		274.835	253.926
TOTAL DOS ATIVOS		709.926	683.539	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		709.926	683.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto de Oliveira Matos
Contador - CRC-PE 01393010-6-T-BA
CPF - 453.775.021-91

Guilherme B. Colaço Dias Filho
Diretor Financeiro e TI

AGRO INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

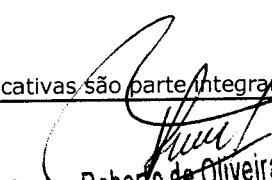
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

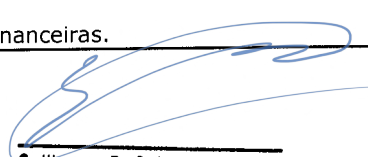
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA	17	360.015	300.650
Variação do valor justo dos ativos biológicos	7	(7.893)	(6.297)
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	18	(273.492)	(249.738)
LUCRO BRUTO		<u>78.630</u>	<u>44.615</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	18	(41.185)	(34.711)
Despesas comerciais	18	(4.981)	(7.751)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	<u>7.530</u>	<u>8.879</u>
Total		<u>(38.636)</u>	<u>(33.583)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>39.994</u>	<u>11.032</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		20.593	16.977
Despesas financeiras		<u>(38.337)</u>	<u>(37.153)</u>
Total	19	<u>(17.744)</u>	<u>(20.176)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>22.250</u>	<u>(9.144)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(9.741)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		6.574	5.249
Incentivos fiscais		<u>6.280</u>	<u>-</u>
Total	20	<u>3.113</u>	<u>5.249</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>25.363</u>	<u>(3.895)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO- R\$	16	<u>0,518</u>	<u>(0,074)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Carlos Roberto de Oliveira Matos
Contador - CRC-PE 01393010-6-T-BA
CPF - 453.775.021-91


Guilherme B. Colaço Dias Filho
Diretor Financeiro e TI

AGRO INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

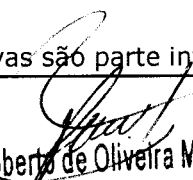
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

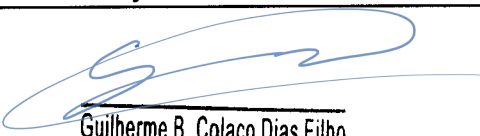
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	25.363	(3.895)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>25.363</u>	<u>(3.895)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Carlos Roberto de Oliveira Matos
Contador - CRC-PE 01393010-6-T-BA
CPF - 453.775.021-91


Guilherme B. Colaço Dias Filho
Diretor Financeiro e TI

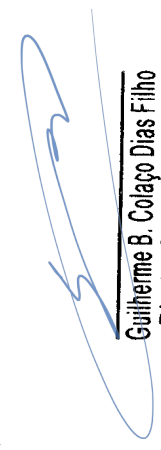
AGRO INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros			Lucros / prejuízos acumulados	Total
					Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		52.681	3.439	93.099	6.445	52.922	49.235	-	257.821
Aumento de capital com reserva	16	673	-	-	-	-	(673)	-	-
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos	16	-	-	(2.830)	-	-	2.830	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(3.895)	(3.895)
Absorção de prejuízos com reserva	16	-	-	-	-	-	(3.895)	3.895	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		53.354	3.439	90.269	6.445	52.922	47.497	-	253.926
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	25.363	25.363
Reserva Legal	16	-	-	-	1.268	-	-	(1.268)	-
Transferência para reserva de incentivos fiscais	23	-	-	-	-	6.280	-	(6.280)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	-	-	-	(4.454)	(4.454)
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos	16	-	-	(2.831)	-	-	-	2.831	-
Constituições de reservas de lucros	16	-	-	-	-	-	16.192	(16.192)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		53.354	3.439	87.438	7.713	59.202	63.689	-	274.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Carlos Roberto de Oliveira Matos
Contador - CRC-PE 013930/O-6-T-BA
CPF - 453.775.021-91


Guilherme B. Colaço Dias Filho
Diretor Financeiro e TI

AGRO INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		25.363	(3.895)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações	9	45.595	37.329
Resultado na alienação de ativo imobilizado	18	542	459
Colheita de ativos biológicos	7	112.328	127.285
Ajuste valor justo dos ativos biológicos	7	7.893	6.297
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	1.051	240
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	11	33.174	31.566
Atualização monetária de títulos e valores mobiliários	11	(16.524)	(14.465)
Encargos financeiros sobre parcelamentos	13	1.452	1.639
Provisão (reversão) para perdas em estoques	6	(192)	314
Rendimento de aplicações financeiras	19	(3.679)	(2.363)
Imposto de renda e contribuição - diferidos	20	(6.574)	(5.249)
(Reversão) constituição de provisão para riscos fiscais e trabalhistas	15	228	(4.654)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		2.503	(5.879)
Estoques		14.855	12.205
Tributos a recuperar		4.752	5.037
Outros créditos		(1.890)	(6.241)
Depósitos judiciais		1.214	(359)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(493)	(3.526)
Obrigações tributárias		2.300	2.732
Obrigações sociais		(1.626)	5.348
Parcelamentos fiscais	13	(4.311)	(4.113)
Adiantamento de clientes		(5.911)	(4.146)
Outras contas a pagar		942	(239)
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Juros sobre empréstimos pagos	11	(18.395)	(16.786)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.188)	(873)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>191.409</u>	<u>157.663</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Baixa de investimentos		-	333
Formação de ativos biológicos	7	(120.877)	(123.462)
Aquisição de imobilizado	9	(62.143)	(75.477)
Recebimento na alienação de imobilizado		608	831
Aplicações financeiras		(7.526)	(4.684)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(189.938)</u>	<u>(202.459)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	11	149.798	195.530
Amortização de empréstimos e financiamentos	11	(124.808)	(123.486)
Empresas ligadas		(26)	(1.745)
Pagamento de dividendos	16	(5.040)	(750)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		<u>19.924</u>	<u>69.549</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>21.395</u>	<u>24.753</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	46.954	22.201
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	<u>68.349</u>	<u>46.954</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>21.395</u>	<u>24.753</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto de Oliveira Matos
Contador - CRC-PE 01393010-6-T-BA
CPF: 453.775.021-91

Guilherme B. Colaço Dias Filho
Diretor Financeiro e TI

AGRO INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A. - AGROVALE ("Companhia" ou "Agrovale"), é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 13.642.699/0001-35, fundada em 19 de setembro de 1972, com sede em Juazeiro, estado da Bahia, e possui como atividade social a exploração agrícola, fabricação e o comércio de açúcar, etanol e a cogeração e comercialização de energia elétrica. A Agrovale tem como controladora a Mandacaru Comercial Ltda. com sede em Juazeiro - BA.

Produção e sazonalidade

A totalidade da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é proveniente de lavouras próprias da Agrovale. O plantio de cana-de-açúcar é realizado no período de abril a novembro e requer aproximadamente 14 meses para maturação e início da primeira colheita.

Situada na região do Vale do São Francisco, a lavoura de cana-de-açúcar da Agrovale é 100% irrigada, garantindo uma safra sem dependências das situações climáticas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para o ativo biológico o qual está mensurado a valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua "Moeda Funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

2.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são baixados quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia deteve o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia manteve os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber, Outros créditos, Fornecedores, Partes relacionadas, Outras contas a pagar e Empréstimos e financiamento.

"Impairment" de ativos financeiros

O CPC 48 substituiu a abordagem de "perda incorrida" do CPC 38 por uma abordagem de perda de crédito esperada ("ECL-Expected Credit Loss"). O novo modelo de "impairment" aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplicam aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38.

Para as contas e títulos a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de créditos, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

A Companhia reavaliará a cada data de apresentação de suas informações contábeis se os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado devem ser submetidos a "impairment". Uma perda por "impairment" é reconhecida em relação a determinado ativo financeiro na ocorrência de um ou mais eventos que impactem negativamente os seus fluxos de caixa futuros estimados.

Perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 3 anos.

2.5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas: custo de aquisição segundo o custo médio, líquido dos impostos compensáveis quando aplicável; e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, líquido dos custos de venda.
- Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.
- Almoxarifado: custo de aquisição segundo o custo médio, que não excede o custo de reposição, os quais são baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

2.6. Impostos sobre o lucro

2.6.1. Impostos correntes

Quando da existência de lucros tributáveis, as provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro tributável, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

Os adiantamentos de imposto de renda e de contribuição social efetuados durante o exercício são registrados no ativo circulante, e são compensados com o imposto de renda e a contribuição a pagar registrados no passivo circulante.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, a Companhia goza de incentivos fiscais. Quando da existência de lucros, a parcela do incentivo fiscal é reconhecida no resultado do período e ao final do exercício social é destinada a uma reserva de lucros - incentivos fiscais, a partir da conta de lucros acumulados.

2.6.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício no qual se espera que seja liquidado/realizado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

2.7. Ativos biológicos

Correspondem à plantação de cana-de-açúcar na região do Vale do São Francisco (Juazeiro-BA). Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzido dos custos necessários para colocar o produto em condição de venda, exceto em relação às plantas portadoras, as quais são mensuradas pelo custo de formação dos canaviais, deduzido de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário. A amortização das plantas portadoras é reconhecida com base na vida útil estimada para exaustão dos canaviais.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pela Companhia sendo o ganho ou a perda na variação do valor justo reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem, na rubrica Ganho (perda) decorrente de mudança de valor justo dos ativos biológicos. O aumento ou a diminuição no valor justo é determinado pela variação entre os valores justos dos ativos biológicos no início e no fim do exercício.

2.8. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação, construção ou reavaliação deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumulados, quando aplicável.

O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento de imobilizado durante a construção e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração.

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa nº 9.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultante do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras (despesas) receitas operacionais líquidas".

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos.

As lavouras de cana (soqueiras) são consideradas plantas portadoras nos termos do CPC 29 (Ativo Biológico) e CPC 27 (Ativo imobilizado) e são registradas pelo custo menos depreciação acumulada e "impairment". Sua depreciação é calculada com base na colheita e considera a vida útil das lavouras que, em média, geram 10 cortes para as áreas irrigadas por sistemas de gotejamento e 6 cortes para as áreas irrigadas por sistemas de sulcos.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse o valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.10. Provisões

2.10.1. Geral

As provisões são reconhecidas para toda obrigação presente (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10.2. Provisões para riscos fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11. Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante, obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valor conhecido e calculável, respectivamente, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e variações monetárias e cambiais.

2.12. Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

2.12.1. Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os mesmos são entregues e estão sob o controle do comprador

2.12.2. Demais receitas

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.13. Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média ponderada das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o básico por ação é igual ao lucro diluído por ação, pois não há efeitos diluidores em ações na Companhia.

2.14. Julgamentos e estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para se contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas e respectivas divulgações nas notas explicativas. As principais estimativas utilizadas referem-se a: determinação da vida útil dos ativos imobilizados, determinar a provisão de perda em créditos de liquidação duvidosa, impairment, valor justo do biológico, provisão para contingências e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.15. Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

a) Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2019, essa norma substituiu a norma anterior de arrendamento mercantil:

- Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) - Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O CPC 06 (R2) substituirá as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil.

A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trouxe impactos para a Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e Bancos - conta movimento	1.274	2.248
Aplicações financeiras	67.075	44.706
Total	<u>68.349</u>	<u>46.954</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as aplicações financeiras de curto prazo referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB), remunerados a taxas de 99% e 100% da variação do CDI, são de alta liquidez prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudanças de valor.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras a seguir apresentadas são classificadas como custo amortizado:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Rendimento</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicações financeiras vinculadas	CDB	100% do CDI	22.568	11.363
Aplicações financeiras			-	-
Total			<u>22.568</u>	<u>11.363</u>
Circulante			1.989	4.077
Não circulante			20.579	7.286

As aplicações financeiras vinculadas são utilizadas como garantia a contratos de empréstimos e financiamentos. As aplicações referem-se a CDBs – Certificado de Depósito Bancários remuneradas a taxas que variam de 99% a 100,8% do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Duplicatas a receber	16.643	19.146
(-) perdas de crédito esperadas	<u>(2.856)</u>	<u>(1.805)</u>
Total	<u>13.787</u>	<u>17.341</u>

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	8.664	11.033
Vencidos até 30 dias	4.250	6.011
Vencidos de 31 até 60 dias	722	282
Vencidos de 61 até 90 dias	147	9
Vencidos de 91 até 180 dias	3	6
Vencidos há mais de 180 dias	<u>2.856</u>	<u>1.805</u>
Total	<u>16.643</u>	<u>19.146</u>

A Companhia mensura a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes em um valor equivalente à PCE (Perdas de crédito esperadas). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base nas perdas reais passadas por idade de vencimento em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos a idade de vencimento e uma avaliação do curso atual e projetado dos recebimentos. Diante dos fatos acima mencionado, as perdas esperadas de crédito em 31 de dezembro de 2019 consistem em R\$2.856 (2018, R\$1.805).

A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.565)
Constituição	<u>(240)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.805)
Constituição	<u>(1.051)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(2.856)</u>

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Produtos acabados	45.792	58.586
Almoxarifado	17.963	20.018
Outros	-	6
(-) Perdas estimadas em estoque	<u>(1.410)</u>	<u>(1.602)</u>
Total	<u>62.345</u>	<u>77.008</u>

O critério para constituição para perdas no almoxarifado considera os itens sem movimentação há mais de 360 dias, com exceção dos itens dos grupos classificados como estratégicos ou críticos que por sua importância são considerados vitais para as atividades da organização. A movimentação desta provisão está a seguir apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.288)
Constituição	<u>(314)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.602)
Reversões	<u>192</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(1.410)</u>

7. ATIVOS BIOLÓGICOS

Representa o cultivo e plantio de cana-de-açúcar para abastecimento de matéria-prima na produção de açúcar e álcool. O saldo do ativo biológico é composto pelo custo de formação das lavouras e da diferença do valor justo sobre os custos de formação, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As lavouras de cana-de-açúcar estão localizadas no município de Juazeiro - BA.

A variação do ativo biológico é como segue:

Ativo biológico em 31 de dezembro de 2017	59.105
Acréscimos relativos à tratamentos culturais	123.462
Amortização devido à colheita	<u>(127.285)</u>
Mudança do valor justo menos custos estimados de venda	<u>(6.297)</u>
Ativo biológico em 31 de dezembro de 2018	48.985
Acréscimos relativos à tratamentos culturais	120.877
Amortização devido à colheita	<u>(112.328)</u>
Mudança do valor justo menos custos estimados de venda	<u>(7.893)</u>
Ativo biológico em 31 de dezembro de 2019	<u>49.641</u>

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

A avaliação do ativo biológico ao valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, taxa de desconto, plano de colheita e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de variações. O quadro a seguir demonstra resumidamente os principais parâmetros considerados no cálculo do valor justo do ativo biológico:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Área inicial estimada de colheita (hectares)	15.922	15.097
Produtividade média prevista (toneladas de cana /hectare)	122,86	119,11
Quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana (em kg)	134	133,16
Valor do kg de ATR (em R\$)	0,8238	0,7785

Além dos aspectos citados acima, para a determinação do valor justo das lavouras de cana-de-açúcar, foram utilizadas as seguintes premissas:

- A metodologia utilizada na mensuração do valor justo é baseada na projeção do fluxo de caixa, considerando a quantidade de cana-de-açúcar a ser colhida, estimada de acordo com a produtividade esperada da lavoura, segregada em anos de plantio, e os respectivos preços estimados da cana-de-açúcar. Para isso, considera-se uma média ponderada de ciclo de produção de sete anos.
- A produtividade é calculada por área de plantação, em que cada uma possui especificidades em relação a solo, material genético, clima, etc. O conjunto destas características, com base em dados históricos, é determinante para a estimativa da produtividade.
- Saídas de caixa são representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT); (iii) custos de capital (custo da parceria agrícola e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.
- Os custos de plantação são apurados com base no histórico de custos da Companhia. Os custos de terra própria são calculados com base em índices de custo de arrendamento na região Nordeste.
- A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado do capital ("WACC" do original, em inglês, "Weighted Average Cost of Capital"). O WACC é uma taxa de desconto comumente utilizada na determinação do valor presente de ativos. Para o cálculo da WACC, foram utilizados a taxa de risco e o perfil de endividamento do setor de açúcar e álcool no Brasil. O WACC utilizado no cálculo do ativo biológico calculado pelo método de fluxo de caixa descontado foi de 6,51% a.a. (2018: 5,98% a.a.), líquido de impostos.
- As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica "Ativo Biológico" no ativo circulante e têm como contrapartida a conta de "Variação do valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício.
- O modelo de projeção de fluxo de caixa e as premissas utilizadas na determinação do valor justo total do ativo biológico representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, quando necessário, ajustados.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a recuperar	891	144
PIS e COFINS	7.601	13.685
IRPJ e CSLL	2.775	2.180
Outros	56	66
Total	<u>11.323</u>	<u>16.075</u>

9. IMOBILIZADO

	Taxa média ponderada depreciação % a.a.	31/12/2019		31/12/2018	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		114.532		114.532	114.532
Edificações	4,13%	207.638	(122.435)	85.203	91.196
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	15,77%	168.918	(95.138)	73.780	69.762
Veículos, máquinas e instalações agrícolas	19,00%	65.787	(37.988)	27.799	20.944
Móveis, utensílios e Instalações	15,15%	1.782	(1.154)	628	657
Obras em Andamento		15.408	-	15.408	12.028
Soqueira	14,09%	268.064	(133.460)	134.604	129.843
Outros	21,46%	2.805	(356)	2.448	40
Total		844.934	(390.531)	454.402	439.002

As soqueiras (lavouras de cana) correspondem às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana de açúcar. A cana de açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, 10 cortes para as áreas irrigadas por sistemas de gotejamento e 6 cortes para as áreas irrigadas por sistemas de sulcos.

A seguir, apresentamos a movimentação do imobilizado:

	Terrenos	Edificações e construções	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Veículos, máquinas e instalações agrícolas	Móveis, utensílios e instalações	Obras em andamento	Socaria	Outros	Total
Saldo em 31/12/2017	114.532	97.315	51.995	18.702	674	4.760	114.102	64	402.144
Adições	-	-	3.274	3.359	96	29.525	39.224	-	75.477
Baixas	-	-	(264)	(894)	(16)	-	-	(117)	(1.290)
Depreciação	-	(6.119)	(7.010)	(557)	(120)	-	(23.483)	(40)	(37.329)
Transferências	-	-	21.767	334	23	(22.257)	-	133	-
Saldo em 31/12/2018	114.532	91.196	69.762	20.944	657	12.028	129.843	40	439.002
Adições	-	-	4.162	8.776	58	14.802	31.957	2.388	62.143
Baixas	-	-	(189)	(140)	(2)	(463)	-	(355)	(1.149)
Depreciação	-	(6.095)	(10.055)	(2.094)	(129)	-	(27.196)	(26)	(45.595)
Transferências	-	102	10.100	313	44	(10.959)	-	401	-
Saldo em 31/12/2019	114.532	85.203	73.780	27.799	628	15.408	134.604	2.448	454.402

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment") e vida útil

A Companhia realizou a análise dos indicativos de "impairment" estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, e não identificou indícios de que seu ativo imobilizado estivesse registrado acima de seu valor de realização. A Companhia também não identificou alteração na vida útil dos bens do seu ativo imobilizado.

10. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de materiais	16.267	16.811
Fornecedores de serviços	601	550
Total	16.868	17.361

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Tipo	Último vencimento	Taxa média	31/12/2019	31/12/2018
Capital de giro	15/07/2023	6% a.a. + CDI + SELIC	155.224	202.904
Debêntures (i)	26/12/2022	CDI + 2,50% a.a.	24.600	34.896
Finame	15/05/2023	7,97% a.a.	16.824	10.127
Securitização	01/12/2022	IGPM + 9,7% a.a.	9.530	19.006
CRAs	27/02/2023	CDI + 4,0% a.a.	84.000	-
Total			<u>290.178</u>	<u>266.933</u>
Circulante			82.857	100.979
Não circulante			207.321	165.954

As operações de empréstimos e financiamentos estão garantidas por hipoteca de bens móveis e imóveis, certificados do tesouro nacional, aplicações financeiras e penhor agrícola.

Emissão de debêntures

- (i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de janeiro de 2018, foi aprovada a primeira emissão de debêntures em série única, depositadas para distribuição pública com esforços restritos no mercado primário por meio de MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente pela B3, tendo sido emitidas 4.000 (quatro mil) debêntures, as quais foram negociadas pelo seu valor nominal, de R\$10.

Características das debêntures:

	Série única
Data da emissão	05/02/2018
Datas de vencimento	26/12/2022
Remuneração (taxas anuais) - % (*)	CDI + 2,50%
Valor nominal	10
Quantidade de títulos emitidos	4.000
Montante emitido	40.000

- (*) As debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida da sobretaxa ("spread") de 2,50% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, sobre o valor nominal unitário das debêntures, até a data do efetivo pagamento.

As debêntures terão o vencimento antecipado se ocorrer qualquer uma das seguintes condições (principais cláusulas):

- Não pagamento nas devidas datas de vencimento.
- Falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista em contrato.
- Declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida em montante unitário igual ou superior a R\$1.000.000.

- d) Descumprimento de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida por juízo competente. Alteração, alienação ou transferência do controle acionário da Emissora, sem prévia aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.
- e) Pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pela Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária com as garantias dispostas no contrato.
- f) Redução do capital social da Emissora, sem que haja prévia anuência de Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.
- g) Não renovação ou suspensão das licenças ambientais exigidas pela legislação aplicável às atividades da Emissora.

A Administração da Companhia avaliou e concluiu que as cláusulas foram atendidas em 31 de dezembro de 2019.

O pagamento da remuneração da 1ª emissão de debêntures será efetuado em 39 parcelas intercaladas pelo período de safra.

Emissão de Cédula de Produto Rural Financeira (CPR-F)

- (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2019, foi aprovada a primeira emissão da CPR-F, cujos direitos creditórios são vinculados como lastro da emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 22ª emissão da securitizadora, Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., os quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição. Os produtos negociados foram o açúcar cristal e etanol de padrão comercial, onde serão destinadas 15.191 toneladas de açúcar, a um preço unitário de R\$912,22, e 9.997m³ de etanol a um preço unitário de R\$1.414,66.

Características da CPR-F:

	Série única
Data da emissão	27/08/2019
Datas de vencimento	27/02/2023
Remuneração (taxas anuais) - % (*)	CDI + 4,0%
Valor nominal (açúcar)	R\$912,22/ton
Valor nominal (etanol)	R\$1.414,66/m³
Quantidade de títulos emitidos (açúcar)	15.191 ton
Quantidade de títulos emitidos (etanol)	9.997 m³
Montante emitido	84.000

- (*) Os créditos farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida da sobretaxa ("spread") de 4,0% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, sobre o valor nominal unitário das cédulas, até a data do seu efetivo pagamento.

A CPR-F terá o vencimento antecipado se ocorrer qualquer uma das seguintes condições (principais cláusulas):

- a) Não pagamento nas devidas datas de vencimento.
- b) Falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista em contrato.
- c) Declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida em montante unitário igual ou superior a R\$1.000.000.
- d) A Emitente deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM.
- e) Pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pela Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária com as garantias dispostas no contrato.
- f) Redução do capital social da Emissora, sem anuência prévia dos Titulares de CRA reunidos em assembleia, exceto se comprovadamente para fins de absorção de prejuízos.
- g) Não renovação ou suspensão das licenças ambientais exigidas pela legislação aplicável às atividades da Emissora.

A Administração da Companhia avaliou e concluiu que as cláusulas foram atendidas em 31 de dezembro de 2019.

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - "covenants"

Durante o exercício de 2018 a Companhia firmou Contrato de Cessão Fiduciária e Vinculação de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças, referentes à primeira emissão de debêntures, que determinam o cumprimento de cláusulas específicas estabelecidas no contrato ("covenants") baseada nos últimos 12 (doze) meses, a saber: dívida financeira líquida pelo LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) igual ou inferior a 2,0 (dois) e liquidez corrente mínima (ativo circulante por passivo circulante) maior ou igual a 1,2. O não cumprimento das cláusulas do contrato sujeitam a Companhia ao pagamento imediato e antecipado das parcelas, bem como a reclassificação do saldo a vencer para o passivo circulante.

Durante o exercício de 2019 a Companhia firmou Contrato de Cédula de Produto Rural Financeira, que determinam o cumprimento de cláusulas específicas estabelecidas no contrato ("covenants") baseada nos últimos 12 (doze) meses, a saber: índice financeiro decorrente do quociente da divisão do total da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 2,75. O não cumprimento das cláusulas do contrato sujeitam a Companhia ao pagamento imediato e antecipado das parcelas, bem como a reclassificação do saldo a vencer para o passivo circulante.

Todos os "covenants" foram atendidos pela Companhia durante o exercício de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	194.574
Captação de empréstimos e financiamentos	195.530
Encargos	31.566
Atualizacao monetaria de titulos e valores mobiliarios	(14.465)
Pagamento de principal	(123.486)
Pagamento de juros	<u>(16.786)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	266.933
Captação de empréstimos e financiamentos	149.798
Encargos	33.174
Atualizacao monetaria de titulos e valores mobiliarios	(16.524)
Pagamento de principal	(124.808)
Pagamento de juros	<u>(18.395)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>290.178</u></u>

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2019
2021	4.016
2022	62.890
2023	95.445
2024	30.432
2025	1.635
2026 - 2030	<u>12.903</u>
Total	<u><u>207.321</u></u>

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018
INSS sobre faturamento	586	679
Imposto de renda retido na fonte	516	912
Impostos retidos	27	10
ISS	25	36
ICMS	<u>146</u>	<u>550</u>
Total	<u><u>1.300</u></u>	<u><u>2.187</u></u>

13. PARCELAMENTOS FISCAIS

	31/12/2019	31/12/2018
Parcelamentos Lei nº 11.941/2009	<u>25.752</u>	<u>28.611</u>
Circulante	4.248	4.187
Não circulante	21.504	24.424

A Companhia aderiu ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, que trouxe a possibilidade de liquidar, ou parcelar em até 180 meses, os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A movimentação desses parcelamentos está a seguir apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	31.085
Amortização	(4.113)
Atualização monetária	1.639
Saldo em 31 de dezembro de 2018	28.611
Amortização	(4.311)
Atualização monetária	1.452
Saldo em 31 de dezembro de 2019	25.752

14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Adiantamentos de Clientes	<u>12.729</u>	<u>18.640</u>

Referem-se aos principais clientes de açúcar da Companhia, os quais possuem a prática comercial de efetuarem adiantamentos para posterior recebimento dos produtos.

15. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro, a provisão para riscos fiscais e trabalhistas apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Riscos trabalhistas	4.042	3.364
Riscos fiscais	25.498	25.948
Total	<u>29.540</u>	<u>29.312</u>

Riscos trabalhistas

Referem-se a reclamações trabalhistas cujos principais pedidos são: horas extras, horas "in itinere", supressão do intervalo intrajornada, adicional de periculosidade e adicional de insalubridade. O montante provisionado de R\$4.042 reflete a estimativa de perda nos processos existentes contra a Companhia, apresentada e analisada pelos seus assessores jurídicos.

Riscos fiscais

Referem-se a:

- (a) Créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, vendidos para terceiros no montante de R\$21.097.
- (b) Processos previdenciários, sendo objeto de contestação administrativa, no montante R\$4.401.

Contingências possíveis

A Companhia é parte integrante em diversas ações de natureza fiscal, trabalhista e cível no montante aproximado de R\$22.551 (2018: R\$21.605), cuja probabilidade de perda está classificada pelos assessores jurídicos como possível, entendendo não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

Do referido montante, R\$20.706 (2018: R\$20.428) refere-se a processos de natureza cível, R\$1.845 (2018: R\$1.173) corresponde a processos de natureza fiscal e o montante remanescente à causas trabalhistas.

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	33.966
Atualização	251
Pagamentos	(4.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.312
Atualização	924
Pagamentos	(696)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	29.540

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 é composto por 53.354.171 ações e de 2018 é composto por 53.354.171 ações, com valor nominal de R\$1,00 cada, assim distribuídas:

Tipo	Classe	31/12/2019			31/12/2018		
		Quantidade	%	Valor	Quantidade	%	Valor
Ordinárias		29.425.249	55,15%	29.425	29.425.249	55,15%	29.425
Preferenciais	"A"	807.751	1,51%	808	807.751	1,51%	808
Preferenciais	"B"	11.270.589	21,12%	11.271	11.270.589	21,12%	11.271
Preferenciais	"C"	11.850.581	22,21%	11.850	11.850.581	22,21%	11.850
Total		53.354.171	100%	53.354	53.354.171	100%	53.354

Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída com saldos remanescentes de lucros acumulados, com a finalidade de atender ao plano de crescimento da Companhia.

Excesso de reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$18.048 mil. A destinação desse excesso, seja por integralização de capital social ou por distribuição de dividendos adicionais, será deliberada pela assembleia geral de acionistas.

Prejuízo (lucro) por ações

Conforme definido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	27.637	(3.895)
Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador):		
Lucro (prejuízo) das operações atribuível:		
Às ações ordinárias	15.242	(2.148)
Às ações preferenciais	12.395	(1.747)
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador):		
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria:		
Ordinárias emitidas	29.425.249	29.400.000
Preferenciais emitidas	23.928.921	55.696.700
Resultado básico/diluído* por ação (em R\$)		
Ações ordinárias	0,518	0,074
Ações preferenciais	0,518	0,074

Direito das ações

As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam das seguintes vantagens:

- Prioridade na distribuição de um dividendo mínimo limitado ao lucro do exercício, não cumulativo, de 8% ao ano, sobre o valor nominal ou 25% sobre o lucro, prevalecendo o maior valor.
- Prioridade no reembolso do capital pelo valor nominal da ação.
- Participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e da incorporação de reservas e lucros ou distribuição de fundos disponíveis.

Dividendos

O dividendo apurado em relação ao exercício de 2019 segue abaixo apresentado:

	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	25.363
(-) Reserva legal (5%)	(1.268)
(-) Reserva de incentivos fiscais (Nota explicativa 23)	(6.280)
Base para determinação dos dividendos	<u>17.815</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>4.454</u>
Dividendos por ação:	
Ações ordinárias	2.456
Ações preferenciais	<u>1.998</u>
	4.454

A movimentação de dividendos a pagar está a seguir apresentada:

Saldo dividendos a pagar 2017	8.167
Dividendos pagos	<u>(750)</u>
Saldo dividendos a pagar 2018	7.417
Dividendos mínimos obrigatórios	4.454
Dividendos pagos	<u>(5.040)</u>
Saldo dividendos a pagar 2019	<u>6.831</u>

Reserva de reavaliação

Representada pelo ganho, líquido dos impostos diferidos, decorrente das reavaliações do imobilizado da Companhia (Terrenos e Edifícios) efetuadas nos exercícios de 2000 e 2006, mediante laudos de avaliação da empresa Sarubbi Engenharia de Avaliações Ltda. Sua realização é calculada pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

A movimentação da reserva de reavaliação está a seguir apresentada:

	Terrenos		Edificações		Total		Líquido
	Reavaliação	(-) Tributo	Reavaliação	(-) Tributo	Reavaliação	(-) Tributo	
Saldo em 31 de dezembro 2017	76.453	(25.994)	64.608	(21.967)	141.061	(47.962)	93.099
(-) Realização	-	-	(4.289)	1.458	(4.289)	1.459	(2.830)
Saldo em 31 de dezembro 2018	76.453	(25.994)	60.319	(20.509)	136.772	(46.503)	90.269
(-) Realização	-	-	(4.289)	1.458	(4.289)	1.458	(2.831)
Saldo em 31 de dezembro 2019	<u>76.453</u>	<u>(25.994)</u>	<u>56.030</u>	<u>(19.051)</u>	<u>132.483</u>	<u>(45.045)</u>	<u>87.438</u>

17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	2019	2018
Receita bruta de vendas	388.182	329.017
Deduções da receita bruta		
PIS	(1.971)	(2.309)
COFINS	(9.067)	(7.347)
ICMS	(26.154)	(24.421)
Incentivos fiscais - ICMS	21.276	17.499
INSS	(11.027)	(9.291)
Outros	(1.224)	(2.498)
Receita líquida de vendas	<u>360.015</u>	<u>300.650</u>

18. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado estão apresentadas a seguir:

	2019	2018
<u>Natureza:</u>		
Insumos e gastos gerais de fabricação (a)	(98.651)	(91.064)
Despesas com pessoal	(120.514)	(115.448)
Peças e serviços de manutenção	(3.328)	(2.602)
Serviços prestados	(14.387)	(12.780)
Depreciação	(45.595)	(37.329)
Construção e reforma	(720)	(724)
Energia Elétrica	(10.727)	(9.126)
Processos trabalhistas e cíveis	(1.562)	(709)
Outros serviços de terceiros	(8.160)	(8.477)
Provisões diversas	(1.339)	(477)
Impostos e taxas diversos	(678)	(1.803)
Despesas com vendas	(7.918)	(6.296)
Consultoria e assessoria	(4.269)	(3.284)
Cota americana (b)	6.742	7.664
Resultado na alienação de ativo imobilizado	597	464
Outras despesas	(1.620)	(1.329)
Total	<u>(312.129)</u>	<u>(283.321)</u>
<u>Classificados como:</u>		
Custo dos produtos vendidos	(273.492)	(249.738)
Despesas gerais e administrativas	(41.185)	(34.711)
Despesas comerciais	(4.981)	(7.751)
Outras receitas operacionais, líquidas	7.530	8.879
Total	<u>(312.129)</u>	<u>(283.321)</u>

(a) Refere-se aos insumos de fabricação e de tratamentos culturais agrícolas.

(b) Refere-se a cotas de exportação de açúcar para os Estados Unidos, as quais a Companhia vendeu.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita de aplicações financeiras	3.679	2.363
Variações monetárias ativas	16.531	14.453
Descontos obtidos	162	139
Outras	221	22
Subtotal	<u>20.593</u>	<u>16.977</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros passivos	(18.417)	(18.319)
Descontos concedidos	(612)	(527)
Variações monetárias passivas	(16.490)	(14.923)
Perdas com operações instrumento financeiro	(129)	(460)
Outras	(2.689)	(2.924)
Subtotal	<u>(38.337)</u>	<u>(37.153)</u>
Resultado financeiro	<u>(17.744)</u>	<u>(20.176)</u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Despesa de imposto de renda e contribuição social

As despesas do imposto de renda e de contribuição social referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.250	(9.145)
Alíquota combinada nominal - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social nominais	(7.565)	3.109
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:		
Multas indedutíveis	(57)	(2)
Brindes e doações	(17)	(15)
Outras despesas indedutíveis	<u>(129)</u>	<u>(79)</u>
Outros ajuste permanentes	<u>(1.625)</u>	<u>1.047</u>
Benefícios não constituídos sobre diferenças temporárias	-	1.191
Total antes do incentivo fiscal	<u>9.393</u>	<u>(5.249)</u>
Incentivo fiscal - SUDENE	(6.280)	-
Total do imposto de renda e da contribuição social	<u><u>3.113</u></u>	<u><u>(5.249)</u></u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Administração da Companhia adotou como prática o reconhecimento dos efeitos contábeis sobre os ativos e passivos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, conforme exigido pelo CPC 32.

As provisões foram calculadas a razão de 15% e adicional de 10% sobre a base de cálculo diferida para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A composição das provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>ATIVO FISCAL DIFERIDO</u>		
<u>IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias:</u>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	971	613
Provisão para perdas no estoque	479	545
Valor justo do ativo biológico	7.131	4.447
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	1.374	1.144
Prejuízo fiscal e base negativa	650	1.744
Diferença de taxas de depreciação	2.934	-
Total	<u>13.539</u>	<u>8.493</u>
<u>PASSIVO FISCAL DIFERIDO</u>		
<u>IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias:</u>		
Depreciação acelerada	(1.046)	(1.115)
Reserva de reavaliação	<u>(45.043)</u>	<u>(46.502)</u>
Total	<u>(46.089)</u>	<u>(47.617)</u>
Efeito líquido	<u><u>(32.550)</u></u>	<u><u>(39.124)</u></u>

21. PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Transações
	Débitos com		Vendas
	Empresas Ligadas		
	31/12/2019	31/12/2018	2019
Mandacarú Comercial Ltda.	3.716	2.491	105
Mecanal Mecanização Contr e Adm Ltda.	6	6	
Control administração e participações Ltda.	10	10	
Termo Eletrica do Vale do São Francisco SA - TERMOVALE	2	2	
São Francisco administração e participações Ltda.	3	2	
Diretores	37	37	
Pessoa física (a)	5.767	6.967	
Total	9.541	9.515	105

- (a) Refere-se a recursos adiantados ao sócio e registrado por meio de confissão de dívida que serão liquidados nos próximos anos sem atualização monetária.

Remuneração da Administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve remuneração aos administradores no total de R\$5.927 a título de pró-labore. Os administradores não possuem benefícios adicionais.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Categorias dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

	31/12/2019	31/12/2018
<u>ATIVOS FINANCEIROS</u>		
<u>Mensurados ao custo amortizado</u>		
Equivalentes de caixa	68.349	46.954
Aplicações financeiras	22.568	11.363
Contas a receber de clientes	13.787	17.341
Outros créditos	16.440	14.550
Partes relacionadas	9.541	9.515
<u>PASSIVOS FINANCEIROS</u>		
<u>Mensurados ao custo amortizado</u>		
Fornecedores	16.868	17.361
Empréstimos e financiamentos	290.178	266.933
Outras Contas a Pagar	7.304	6.362

A Companhia procedeu à avaliação dos valores de mercado de seus instrumentos financeiros nas datas-bases de 31 de dezembro de 2019 e de 2018. Essa avaliação não indica valores de mercado significativamente diferentes dos valores contábeis reconhecidos. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação.

Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Risco de crédito

Risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas clientes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e indexadores, que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuem a receita financeira relativa às aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou cenários de variação no CDI, IGP-M e SELIC (taxas de juros e de inflação que mais impactam em suas operações). Para o cenário atual (contábil), foram utilizadas as taxas vigentes. Para o provável, foram utilizadas estimativas de mercado divulgadas nos relatórios emitidos pelo Banco Central do Brasil para o exercício de 2019. Essas taxas foram estressadas com aumento e redução em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os testes de sensibilidade de cenários, conforme demonstrado abaixo:

Risco	Taxa Projetada	Saldo contábil	Cenários negativos		Cenários positivos	
			Cenário remoto I	Cenário possível I	Cenário possível II	Cenário remoto II
			(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
CDI	3,65%	22.568	(412)	(206)	1.030	1.236
IGP-M	4,00%	9.530	191	95	477	572
CDI	3,65%	155.224	2.833	1.416	7.082	8.499
SELIC	3,90%	16.824	328	164	820	984
CDI	3,65%	24.600	449	224	1.122	1.347
CDI	3,65%	84.000	1.533	767	3.833	4.599
			4.922	2.460	14.363	17.236

Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e de câmbio que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não possui operações em moeda estrangeira, logo não existe impacto cambial em suas demonstrações financeiras.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado diariamente através da análise estática da estrutura de descasamentos da Companhia, especialmente no curto prazo.

A Administração gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de próximo relacionamento com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

23. INCENTIVOS FISCAIS

Os incentivos fiscais da Agrovale estão a seguir apresentados:

- Incentivo fiscal - SUDENE

Por estar localizada em área incentivada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia, para o período de 01/01/2013 a 31/12/2022, goza de incentivos fiscais com redução de 75% do imposto de renda não restituível, calculado sobre o lucro da exploração, referente a sua produção industrial de açúcar e energia.

No exercício de 2019, houve incentivo fiscal no valor R\$6.280 registrado na rubrica de "Incentivos fiscais" na demonstração do resultado do exercício.

Por se tratar de incentivo para investimento, a parcela correspondente a estes incentivos é reconhecida na rubrica de "Reserva de lucros - incentivos fiscais" no patrimônio líquido e poderá ser usada para aumentar o capital social ou absorver prejuízos acumulados.

- Crédito presumido de ICMS

Açúcar

Em 2017, na venda de açúcar, de acordo com o Decreto nº 13.780/2012 (RICMS-BA), art. 270, VII, o crédito presumido é calculado sobre o valor do imposto destacado nas operações da seguinte forma:

(i) 75,3% (setenta e cinco vírgula três por cento) nas operações internas.

(ii) 65,0% (sessenta e cinco por cento) nas operações interestaduais.

No exercício de 2019, o montante deste benefício R\$21.276, registrado como dedução à "Receita líquida".

Etanol

Na venda de álcool hidratado, de acordo com o Decreto nº 10.936/2008, art. 1º, I e II, o crédito presumido é calculado sobre o a base de cálculo da operação da seguinte forma:

- (i) 14% (quatorze por cento) nas operações internas.
- (ii) 7% (sete por cento) nas operações interestaduais.

Na venda de álcool anidro, de acordo com o Decreto nº 10.936/2008, art. 2º, I, o crédito presumido pode ser apurado nas saídas internas e interestaduais e é determinado pelo cálculo de R\$0,205 por litro efetivamente vendido.

Para usufruir do crédito presumido incidente sobre o Álcool, a Companhia precisou aderir aos seguintes condicionantes:

- a) Instalação de medidores eletrônicos de vazão para controle da produção, observado o disposto no § 2º.
- b) Emissão de Nota Fiscal Eletrônica nas operações que realizar, em substituição à emissão de Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A.
- c) Não apropriação de quaisquer outros créditos fiscais vinculados à produção de AEHC ou de AEAC ou, ainda, da geração própria de energia.
- d) Não possuir débito para com a fazenda estadual, cuja exigibilidade não esteja suspensa.
- e) Cumprimento das legislações trabalhista e ambiental.
- f) Celebração de termo de acordo com a Secretaria da Fazenda, através da Coordenação de Petróleo e Combustíveis - COPEC.

No exercício de 2019, o valor do incentivo foi de R\$21.276 (2018: R\$17.499), registrado como dedução da "Receita líquida". A vigência do Decreto nº 10.936/2008 vai de 27/02/2008 a 31/12/2020.

24. SEGUROS

A seguir o detalhamento dos itens segurados e os respectivos valores das coberturas de seguros contratados pela Agrovale:

Tipo	Vigência		Riscos cobertos	Valor de cobertura
	Início	Fim		
BENFEITORIAS	25/10/2019	25/10/2020	INC/RAIO/EXPLOSAO DANOS ELETRICOS RECOMPOSICAO DE DOCUMENTOS e IMPACTO DE VEICULOS	142
BENFEITORIAS	31/10/2019	31/10/2020	INC/RAIO/EXPLOSAO DANOS ELETRICOS RECOMPOSICAO DE DOCUMENTOS e IMPACTO DE VEICULOS	389
BENFEITORIAS	25/10/2019	25/10/2020	INC/RAIO/EXPLOSAO DANOS ELETRICOS RECOMPOSICAO DE DOCUMENTOS e IMPACTO DE VEICULOS	234
BENFEITORIAS	25/10/2019	25/10/2020	INC/RAIO/EXPLOSAO DANOS ELETRICOS RECOMPOSICAO DE DOCUMENTOS e IMPACTO DE VEICULOS	222
Veículo	30/11/2019	30/11/2020	Compreensiva (Colisão, Roubo e Incêndio)	50
BENFEITORIAS	24/10/2019	24/10/2020	INC/RAIO/EXPLOSAO DANOS ELETRICOS RECOMPOSICAO DE DOCUMENTOS e IMPACTO DE VEICULOS	389
BENFEITORIAS	11/11/2019	11/11/2020	INC/RAIO/EXPLOSAO DANOS ELETRICOS RECOMPOSICAO DE	274
BENFEITORIAS	11/11/2019	11/11/2020	INC/RAIO/EXPLOSAO DANOS ELETRICOS RECOMPOSICAO DE	284
BENFEITORIAS	11/11/2019	11/11/2020	INC/RAIO/EXPLOSAO DANOS ELETRICOS RECOMPOSICAO DE	241
BENFEITORIAS	11/11/2019	11/11/2020	INC/RAIO/EXPLOSAO DANOS ELETRICOS RECOMPOSICAO DE	439
BENFEITORIAS	11/11/2019	11/11/2020	INC/RAIO/EXPLOSAO DANOS ELETRICOS RECOMPOSICAO DE	264
Total				2.928

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Corona Virus, "Covid-19" foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China.

Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

Face ao cenário apresentado, a Companhia tem mantido monitoramento constante sobre a evolução do tema e até o momento não há expectativa de impacto nas operações.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e aprovaram sua emissão e divulgação em 20 de março de 2020.
